

*Coluna
Presidencial*

Ulysses e Collor

JORNAL DE BRASÍLIA

25 JUN 1989

Oswaldo Peralva

Os 20 mandamentos políticos que vão orientar a campanha do doutor Ulysses Guimarães no rumo da Presidência da República são um documento pífio. Não honra a inteligência do candidato nem exprime o respeito devido à inteligência dos eleitores.

Tenho pelo presidente do PMDB, assim como por seu companheiro de chapa, professor Waldir Pires, o maior apreço e admiração. São dois combatentes provados na resistência democrática, dois líderes com porte de estadistas. Por isso mesmo é lamentável que apresentem ao público um rol de generalidades, os óbvios ululantes ou de meras constatações.

Antes mesmo da oficialização de suas candidaturas, em ocasiões diversas, falando aos jornais ou na televisão, os dois foram muitíssimo mais objetivos. Condenaram o atual modelo de desenvolvimento econômico, que favorece um pequeno número de abastados e espalha a miséria entre a grande maioria

da população. Deram indicações de que iriam privilegiar, se eleitos, o mercado interno, em lugar da atual política de exportar para criar superávits a fim de pagar os juros dos usuários credores externos.

O ponto nº 1 está bem, porque representa um reclamo nacional dos contribuintes, o de impor a moralidade na administração pública. "A corrupção é o cupim da República", afirma. O ponto 2 é constativo, defende o sistema que aí está: presidencialismo congressional. O 3º e o 4º, governar é decidir, buscar a eficiência do Estado, são coisas óbvias, de economia interna, inerentes ao próprio cargo. E os três pontos seguintes são exercícios de parodoxismo: justiça lerda já é injustiça; voto sem feijão (etc) não é voto, é veto; regime político aberto não se compatibiliza com economia fechada.

Quando trata, nos pontos 8 e 9, da dívida externa e da dívida interna, o documento é suficientemente

vago para que ninguém, no futuro, possa cobrar coerência. Assim são, igualmente, os pontos 11 e 12, uma mescla do óbvio com o demagógico: os salários no Brasil são insuportáveis; liberdade sindical e negociações coletivas. Mais óbvio no 12: o PMDB tem a obrigação de complementar a nova Constituição. Mais demagogia, no ponto 13, sobre Meio Ambiente: a miséria é a maior inimiga da natureza.

Mais demagogia e mais constatação: reforma agrária e habitação dependem de vontade política para enfrentar o problema; a desigualdade que vitima Norte-Nordeste poderá engolir a unidade nacional; as mulheres dispensam tutores; o povo deve ser educado; na política externa, integração com a América Latina (já está na Constituição, art. 4º); saúde: estancar a dispersão de recursos. Ponto 20: repúdio à falácia da política sem políticos.

Compreendo que o povo prefira Collor: igualmente vazio, mas agressivo.